

São Paulo, 31 de julho de 2026.

Carta de Apresentação

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, nº 525 – 14º Andar – São Paulo – SP

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Atenciosamente,

Ernani Leite Vitorello
Diretor Vice-Presidente

Antonio Carlos Paulos Fonseca
CRC - 1SP178627/O-5

Banco Luso Brasileiro S.A.
Rua Pascoal Pais, 525 – 14º andar
Brooklin – São Paulo
CEP 04581-060
T (5511) 3039 1500

Demonstrações Financeiras

Banco Luso Brasileiro S.A.

CNPJ nº 59.118.133/0001-00

Rua Pascoal Pais, nº 525 – 14º Andar – São Paulo – SP

30 de Junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. ("Banco"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um ambiente de crédito mais desafiador. O Banco Luso Brasileiro encerrou o período com Lucro Líquido de R\$ 10,9 milhões, 56,3% inferior ao apurado no mesmo período de 2025 (R\$ 25,0 milhões). A retração decorreu, essencialmente, do maior nível de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - concentrado em exposições específicas da carteira - e da não recorrência de resultados extraordinários de natureza não operacional registrados no primeiro semestre de 2025.

A despeito do resultado, o Banco preservou solidez patrimonial e de liquidez. O Ativo Total alcançou R\$ 4,2 bilhões (+11,8% frente a dezembro de 2025), sustentado pela ampliação das aplicações de liquidez; a carteira de crédito totalizou R\$ 3,0 bilhões; e o Patrimônio Líquido avançou para R\$ 332,4 milhões (+3,4%). A cobertura de provisionamento sobre a carteira de crédito elevou-se para 6,6%, ante 5,2% no encerramento de 2025, refletindo a postura prudente da Administração, mediante o atual cenário econômico que vivemos.

Em abril de 2026, concluiu-se a reorganização societária, aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que resultou na concentração do controle do Banco na RC Participações S.A., que passou a ser a única acionista controladora da instituição. A saída da Amorim Aliança B.V. do quadro acionário decorreu de decisão do próprio acionista, no âmbito de sua estratégia corporativa. A operação foi realizada em conformidade com a regulamentação aplicável, não implica descontinuidade das operações, nem afeta o cumprimento das obrigações do Banco perante clientes, parceiros e órgãos reguladores, permanecendo inalteradas a sua estrutura administrativa e a condução dos negócios.

PERFIL DA INSTITUIÇÃO

Perfil

O Banco Luso Brasileiro S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e prestação de serviços a empresas de médio porte, reconhecido pela liderança no segmento de Mobilidade Urbana, pela sua carteira de comércio exterior e demais produtos do *Middle Market*.

Capital Social e Administração

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 201,5 milhões, representado por 15.364.847 ações ordinárias nominativas de classe única, sem valor nominal. Em decorrência de reorganização societária concluída em abril de 2026 e aprovada pelo BACEN, a composição acionária direta do Banco passou a ser: RC Participações S.A. (91,5485%), K2CR Holding Financeira S.A. (6,9119%) e Lusopar S.A. (1,5396%). A Diretoria Estatutária, que não sofreu alteração, é composta por José Francisco Fernandes Ribeiro (Diretor Presidente), Ernani Leite Vitorello (Diretor Vice-Presidente Financeiro) e João Miguel Loureiro Martins (Diretor Vice-Presidente de Operações).

Contexto Econômico

O primeiro semestre de 2026 transcorreu em ambiente macroeconômico ainda restritivo. A taxa básica de juros (Selic) iniciou o período em 15,00% a.a. - o patamar mais elevado em cerca de duas décadas - e, com o início de um ciclo gradual de flexibilização a partir de março, encerrou junho em 14,25% a.a.; a inflação manteve-se acima do limite superior da meta. Nesse contexto, o mercado de crédito para pessoas jurídicas seguiu seletivo, com maior atenção à qualidade de ativos, o que se refletiu na inadimplência de exposições específicas da carteira, conforme será detalhado na Seção 05.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Visão Geral

O quadro a seguir resume os principais destaques do período.

Destaques (R\$ mil, salvo indicação)	Valor	Comparativo	Δ
Lucro Líquido (1S26)	10.938	25.012 (1S25)	-56,3%
Ativo Total (jun/26)	4.210.127	3.764.217 (dez/25)	+11,8%
Carteira de crédito (jun/26)	3.048.706	3.144.934 (dez/25)	-3,1%
Patrimônio Líquido (jun/26)	332.419	321.481 (dez/25)	+3,4%
Cobertura de PCLD sobre a carteira (jun/26)	6,6%	5,2% (dez/25)	+1,4 p.p.

Margem Financeira, Resultado e Rendas de Serviços

As Receitas da Intermediação Financeira somaram R\$ 349,2 milhões no semestre, alta de 0,5% em relação ao 1S25 (R\$ 347,5 milhões). As rendas de operações de crédito totalizaram R\$ 313,9 milhões, crescimento de 9,8% frente a 1S25 (R\$ 286,0 milhões). As Despesas da Intermediação Financeira totalizaram R\$ 280,3 milhões, incluindo as provisões de crédito de liquidação duvidosa (PCLD), que somaram R\$ 38,7 milhões, 70,3% (R\$ 16,0 milhões) acima do 1S25. O Resultado da Intermediação Financeira atingiu R\$ 68,9 milhões, 10,0% inferior ao mesmo período de 2025, pressionado sobretudo pelas perdas associadas ao risco de crédito.

Despesas Administrativas e de Pessoal

Excluídas as provisões de PLR/PPR, a despesa de pessoal cresceu 6,0% (R\$ 24,4 milhões, ante R\$ 23,0 milhões no 1S25). As Despesas Administrativas somaram R\$ 22,2 milhões (R\$ 18,2 milhões no 1S25, +21,6%) - o incremento concentra-se, sobretudo, em despesas ligadas à recuperação de crédito (assessoria jurídica de cobrança e custos de tomada e regularização de garantias).

Índice de Eficiência Operacional ex-PLR (IEO)

O IEO situou-se em 43,0% no 1º semestre de 2026, ante 40,5% no mesmo período de 2025 (+2,5 p.p.). O indicador corresponde à razão entre (i) as despesas de pessoal (excluídas as provisões de PLR/PPR) e administrativas (R\$ 46,6 milhões) e (ii) o resultado da intermediação financeira antes das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, acrescido das rendas de prestação de serviços (R\$ 108,3 milhões). A elevação decorreu do crescimento das despesas operacionais em ritmo superior ao da base de receitas no período, conforme indicado no tópico anterior.

Captação e Liquidez

A captação total atingiu R\$ 3,8 bilhões em 30/06/2026, tendo como principal componente os depósitos, que somaram R\$ 3,5 bilhões (+14,8% frente a dezembro de 2025); o restante corresponde a letras financeiras e demais instrumentos de captação. A base é pulverizada entre investidores institucionais, acionistas e clientes. O Banco manteve confortável posição de liquidez ao longo do semestre, com caixa livre de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão ao final de junho, coerente com a política de baixa alavancagem e a ausência de posições de risco relevantes na tesouraria.

CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS (PCLD)

Composição e Evolução da Carteira

A carteira de crédito encerrou o período em aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, redução de 3,1% em relação ao fechamento de 2025, refletindo maior seletividade na originação. A carteira está concentrada em Mobilidade Urbana (70,9%), segmento composto predominantemente por operações de financiamento ao transporte, e Middle Market (29,0%).

Qualidade de Crédito e Inadimplência

Ao final de junho de 2026, os índices de inadimplência de 60 e 90 dias situavam-se em 6,0% e 5,7% da carteira, respectivamente, ante aproximadamente 3,7% de ativos problemáticos inadimplidos ao final de 2025. O saldo inadimplente acima de 90 dias (R\$ 172,3 milhões) divide-se igualmente entre Middle Market e Mobilidade Urbana (R\$ 86,1 milhões cada), o que representa 9,7% e 4,0% da carteira de cada segmento, respectivamente. A cobertura de provisionamento (6,6% da carteira) mantém-se superior à inadimplência de 90 dias, refletindo o reforço do provisionamento no período.

Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas esperadas registrada no Balanço Patrimonial evoluiu de R\$ 163,1 milhões em 31/12/2025 para R\$ 201,9 milhões em 30/06/2026 (+23,8%), elevando a cobertura de 5,2% para 6,6% da carteira de crédito. A despesa de PCLD reconhecida no resultado do semestre foi de R\$ 38,7 milhões.

GESTÃO DE CAPITAL E ÍNDICE DE BASILEIA

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 332,4 milhões em 30/06/2026, aumento de 3,4% em relação a 31/12/2025 (R\$ 321,5 milhões), variação que incorpora integralmente o Lucro Líquido de R\$ 10,9 milhões apurado no semestre.

Índice de Basileia

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN e com os acordos de Basileia. Conforme a Resolução nº 4.958/21 do CMN, os indicadores de capital regulatório na data-base foram:

Índice	30/06/2026	31/12/2025	Mín. BACEN
Índice de Capital Principal (ICP)	11,34%	10,57%	7,0%
Índice de Basileia (IB)	18,22%	16,75%	10,50%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	16,07%	16,39%	10,50%

O Banco manteve-se confortavelmente acima dos mínimos regulatórios. O Patrimônio de Referência (PR) alcançou R\$ 545,4 milhões (R\$ 530,9 milhões em 31/12/2025), ante Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 346,3 milhões, resultando em margem de capital de R\$ 199,1 milhões. Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) totalizaram R\$ 2.993,3 milhões, redução de 5,5% no semestre. O Índice de Imobilizações situou-se em 12,11%, dentro do limite de 50% do PR, com margem de imobilização de R\$ 206,6 milhões.

GESTÃO DE RISCOS

O Banco mantém estrutura integrada de gerenciamento de risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, com reporte mensal ao Comitê de Gestão de Riscos. No 1º semestre de 2026, a gestão de risco de crédito foi intensificada em resposta à elevação da inadimplência em exposições específicas, com reforço de provisionamento, monitoramento de concentração e execução de garantias.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Reorganização Societária e Alteração de Controle

A nova fase do Banco Luso Brasileiro prevê a manutenção da sua estratégia de atuação, com foco no apoio financeiro a empresas do setor de Mobilidade Urbana, fortalecendo operações de crédito, financiamento e soluções estruturadas para operadores, fabricantes e prestadores de serviços. A estrutura administrativa e a condução dos negócios permanecem inalteradas, tal qual a Diretoria Estatutária.

Tecnologia e Inovação

No 1º semestre de 2026, a área de Tecnologia priorizou a evolução da infraestrutura e a modernização de sistemas e o avanço na adoção de Inteligência Artificial para automação de processos críticos e ganhos de eficiência operacional.

Ambiente de Crédito e Reforço de Provisionamento

Diante do ambiente de crédito mais desafiador, a Administração reforçou o provisionamento sobre exposições específicas e adotou maior seletividade na originação, preservando a solidez patrimonial da instituição.

GOVERNANÇA CORPORATIVA, PLD/FT E DIVERSIDADE

O Banco manteve sua estrutura de governança corporativa e os controles voltados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), observando suas diretrizes de KYC/KYP/KYS/KYE, além de reafirmar seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho diverso, inclusivo e pautado pela igualdade de oportunidades. A composição de seu quadro funcional reflete a busca contínua pela representatividade de diferentes perfis profissionais, fortalecendo a inovação, a colaboração e a sustentabilidade dos negócios.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSAC)

Em conformidade com a Resolução nº 4.945/21 do CMN, o Banco mantém a PRSAC vigente, alinhada ao Código de Ética e às políticas de PLD/FT. No eixo ambiental e climático, a especialização do Banco no segmento de Mobilidade Urbana posiciona-o como agente do financiamento da transição para frotas de baixa emissão de carbono: o financiamento de ônibus elétricos e de tecnologias de eletrificação representou 24% da produção de crédito do semestre, contribuindo diretamente para a descarbonização do transporte público urbano. Nos eixos social e de governança, aplicam-se as práticas de diversidade, inclusão e integridade descritas na Seção 09.

PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIA PARA 2026

Num cenário econômico ainda adverso, o Banco segue para o segundo semestre de 2026 com foco na qualidade de suas originações de crédito, na recuperação da rentabilidade e na preservação da solidez de capital e liquidez. As metas do exercício sustentam-se em três pilares estratégicos: Negócios Gerando Resultados com Qualidade; Eficiência é o Nome do Jogo; e IA & Dados Pautando as Decisões.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foram examinadas pela EY Auditores Independentes. A contratação de serviços não relacionados à auditoria externa observa os princípios que preservam a independência do auditor. A Diretoria do Banco declara que discutiu, revisou e concorda com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banco Luso Brasileiro agradece aos clientes, pela preferência e confiança depositadas na instituição; aos investidores e parceiros de captação, pelo apoio ao desenvolvimento dos negócios e aos seus colaboradores, pelo comprometimento que torna possível a manutenção de operações de excelência.

São Paulo, 30 de julho de 2026.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco Luso Brasileiro S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Luso Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future with confidence

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de julho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP034519/O

Bruno Araujo Santos
Contador CRC - SP291893/O

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de reais)

Ativo	NOTAS	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	4.541	8.682
Ativos Financeiros - Custo Amortizado		4.214.948	3.728.891
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.089.974	524.933
Títulos e Valores Mobiliários	6	43.125	40.348
Operações de Crédito	7	2.845.369	2.975.090
Operações com Características de Concessão de Crédito	8	203.337	169.844
Outros Ativos Financeiros	9	33.143	18.676
Ativos Financeiros - Valor Justo no Resultado		4	72
Instrumentos Financeiros Derivativos	10	4	72
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11	(201.876)	(163.059)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	12	69.938	88.275
Outros Ativos	13	49.857	29.846
Imobilizado de Uso	14	66.033	64.398
Intangível	15	6.682	7.112
Total do Ativo		4.210.127	3.764.217

Passivo	NOTAS	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros - Custo Amortizado		3.795.180	3.349.342
Depósitos	16	3.502.791	3.051.123
Outros Instrumentos de Dívida	17	189.618	183.008
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18	93.054	79.726
Outros Passivos Financeiros	19	9.717	35.485
Passivos Financeiros - Valor Justo no Resultado		64.390	49.555
Instrumentos Financeiros Derivativos	10	64.390	49.555
Provisões	20	1.210	1.453
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	21	6.467	24.058
Outros Passivos	22	10.461	18.328
Patrimônio Líquido	23	332.419	321.481
Capital Social		201.477	201.477
Reservas de Lucros		120.004	120.004
Lucros Acumulados		10.938	-
Total do Passivo		4.210.127	3.764.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	NOTAS	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		349.213	347.456
Rendas de Operações de Crédito	7.f	303.757	291.622
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	47.476	46.088
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	2.769	512
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	10.a	(14.902)	14.879
Rendas de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	8.f	10.113	(5.645)
Despesas da Intermediação Financeira		(241.619)	(248.132)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(240.709)	(255.109)
Operações de Empréstimos e Repasses	18.a	(910)	6.977
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11.c	(38.667)	(22.707)
Resultado da Intermediação Financeira		68.927	76.617
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(49.099)	(41.217)
Receitas de Prestação de Serviços	24	712	2.461
Despesas de Pessoal	25	(24.467)	(30.208)
Outras Despesas Administrativas	26	(22.053)	(17.064)
Despesas Tributárias	27	(5.760)	(5.620)
Despesas com Provisões	28	(133)	(209)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	29	2.602	9.423
Resultado Operacional		19.828	35.400
Resultado não Operacional	30	118	9.964
Resultado antes da Tributação		19.946	45.364
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(9.008)	(20.352)
Imposto de Renda		(1.586)	(8.474)
Contribuição Social		(1.331)	(6.955)
Impostos Diferidos		(6.091)	(4.923)
Lucro Líquido		10.938	25.012
Quantidade de Ações		15.364.847	15.364.847
Lucro Líquido por Ação - R\$ 1,00		0,71	1,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	10.938	25.012
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	10.938	25.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Especial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	185.752	13.298	111.172	-	310.222
Ajuste Adoção Inicial - Resolução nº 4.966/21 do CMN (Nota 2.2)	-	-	-	(27.627)	(27.627)
Aumento de Capital - AGO/E de 30/04/2025 (Nota 23 a)	15.725	-	-	-	15.725
Lucro Líquido	-	-	-	25.012	25.012
Saldos em 30 de Junho de 2025	201.477	13.298	111.172	(2.615)	323.332
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	201.477	15.800	104.204	-	321.481
Lucro Líquido	-	-	-	10.938	10.938
Saldos em 30 de Junho de 2026	201.477	15.800	104.204	10.938	332.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(E em milhares de reais)

	NOTAS	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado		59.422	40.262
Lucro Líquido		10.938	25.012
Ajustes ao Lucro Líquido		48.484	15.250
Despesas de Depreciação e Amortização	26	1.879	1.752
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11.c	38.667	22.707
Provisões Passivas não Associadas ao Risco de Crédito	20	130	(10)
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros	30	548	917
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	21.b	2.917	15.429
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	21.b	6.091	4.923
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa	29	(1.748)	(2.841)
Ajuste Adoção Inicial - Resolução nº 4.966/21 do CMN	35	-	(27.627)
Variação de Ativos e Passivos		480.212	231.735
(Aumento) Redução Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(22.604)	(24.983)
(Aumento) Redução Títulos e Valores Mobiliários		(2.777)	(10.800)
(Aumento) Redução Operações de Crédito		129.721	52.396
(Aumento) Redução Operações com Características de Concessão de Crédito		(33.492)	(538)
(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros		(14.467)	(91.934)
(Aumento) Redução Instrumentos Financeiros e Derivativos		69	(77)
(Aumento) Redução Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		150	50.107
(Aumento) Redução Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		1.187	(47.125)
(Aumento) Redução Outros Ativos		(20.559)	8.330
Aumento (Redução) Depósitos		451.668	299.526
Aumento (Redução) Outros Instrumentos de Dívida		6.610	26.096
Aumento (Redução) Obrigações por Empréstimos e Repasses		13.328	4.015
Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros		(25.768)	(17.090)
Aumento (Redução) Instrumentos Financeiros e Derivativos		14.835	(14.802)
Aumento (Redução) Provisões		(372)	(1.023)
Aumento (Redução) Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(17.592)	(11.450)
Aumento (Redução) Outros Passivos		(7.867)	259
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		8.142	10.828
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades Operacionais		539.634	271.997
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.455)	(1.198)
Aplicação do Intangível		(631)	(2.482)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Investimentos		(3.086)	(3.680)
Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital	23.a	-	15.725
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		-	15.725
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.748	2.841
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		538.296	286.883
Início do Período		445.841	293.437
Final do Período	4	984.137	580.320
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		538.296	286.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco) com sede na Rua Pascoal Pais, 525 – 14º andar em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, crédito financiamento e investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco, conforme Resolução nº 4.524/16 do CMN.

As demonstrações financeiras do Banco de 30 de junho de 2026 foram aprovadas pela Administração em 30 de julho de 2026.

2.1 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

A Resolução nº 4.966/21 do CMN e a Resolução BCB nº 352/23, que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025, introduziram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48), sendo que a adoção das referidas normas aconteceu de forma prospectiva. Como principais impactos das resoluções citadas, destacam-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócios do Banco e nas características contratuais dos fluxos de caixa (também denominado teste de SPPJ) sendo classificados nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR);

- As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas desde que considerados materiais;

- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático);

- A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;

- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados à partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação.

Instruções Normativas BCB nº 426/23 a 433/23: Os eventos dos roteiros contábeis do Banco foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.

Resolução nº 4.975/21 do CMN: Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.2 ADOÇÃO INICIAL

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 4.966/21 do CMN, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do Banco está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025 e está apresentada na nota 35.

2.3 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS APROVADOS PELO BACEN

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível;

CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas;

CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

CPC 24 - Evento Subsequente;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

CPC 27 - Ativo Imobilizado;

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados;

CPC 41 - Resultado por Ação;

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; e

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) **Balanco Patrimonial**

O balanço patrimonial é apresentado em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

b) **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos, na data da efetiva aplicação igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

c) **Instrumentos Financeiros**

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco estão descritas a seguir:

i) **Reconhecimento Inicial**

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operações de crédito, operações com características de concessão de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

As operações de crédito e operações com características de concessão de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados, ou subtraídos, desse valor.

ii) **Avaliação do Modelo de Negócio**

O Banco classifica seus ativos financeiros com base nos modelos de negócios utilizados no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados:

• Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

• Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

• Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

iii) **Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros)**

As classificações de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

iv) **Hierarquia do Valor Justo**

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período.

v) Baixa de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como "ativo problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Enquanto um ativo financeiro estiver classificado como "ativo problemático", não são reconhecidas receitas de qualquer natureza que não tiverem sido efetivamente recebidas (*stop accrual*).

Operações reestruturadas tratam-se de renegociações que impliquem a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático somente em caso de haver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas ou cumprir os critérios de cura definidos em política.

Para fins de critérios de "cura", o Banco considera as seguintes premissas:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- A contraparte realizar pagamentos consecutivos de principal e encargos por um período de 3 meses ou amortização de 30% do saldo devedor do contrato que originou a marcação de ativo problemático. Independente da periodicidade de amortização;
- Poderá ocorrer por revisão e análise individual da área de crédito, se identificar e comprovar que não existe risco significativo de inadimplência;
- Quando a marcação foi decorrente de medidas judiciais, poderá ocorrer se a medida for revertida em favor do Banco;
- Para casos de falências, não há "cura".

As operações serão baixadas para prejuízo após avaliação de que o ativo não possui expectativa razoável de recuperação e, quando a perda incorrida alcançar 100%.

d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;
- Títulos e Valores Mobiliários;
- Operações de Crédito;
- Operações com Características de Concessão de Crédito;
- Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar; e
- Garantias Financeiras Prestadas.

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados de acordo com as respectivas garantias atreladas e os períodos de atraso das operações. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Banco deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Carteira	Garantia
C1	Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
C2	Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20 do CMN.
C3	Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos nas carteiras C1 e C2.
C4	Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
C5	Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido na carteira C4, crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteiras C1 a C4.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- **Ativos Financeiros não Problemáticos:** referem-se aos ativos financeiros não caracterizados como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II da Resolução BCB nº 352/23.

- **Ativos Financeiros Problemáticos não Inadimplidos:** referem-se aos ativos financeiros caracterizados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no item II do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23.

- **Ativos Financeiros Inadimplidos:** referem-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal ou juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados no item III do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23.

Para as aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, limites concedidos não utilizados e outros ativos financeiros sem características de concessão de crédito, o Banco utiliza metodologia interna para apurar a provisão de perdas esperadas para esses ativos. O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- **Probabilidade de Descumprimento – PD (*Probability of Default*)**
- **Taxa de Recuperação – LGD (*Loss Given Default*)**
- **Exposição em caso de Descumprimento – EAD (*Exposure at Default*)**

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compostos por:

- i) Operações de câmbio pronto; e
- ii) Operações de *swaps* de juros destinados exclusivamente ao *hedge* das exposições de passivos.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados ao valor justo de acordo com a Resolução nº 4.966/21 do CMN.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como *hedge* são classificados como *hedge* de valor justo e destinados a compensar a variação do valor justo de mercado do objeto de *hedge*. A sua correspondente valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

A composição dos instrumentos financeiros derivativos está divulgada na Nota 10.

f) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável.

h) Despesas Antecipadas

São desembolsos relativos a aplicações de recursos, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo apropriados ao resultado no período da geração dos benefícios ou prestação de serviços.

i) Demais Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

k) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo) e Créditos Tributários

As provisões para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando devidas, são calculadas a partir do lucro ou prejuízo contábil, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. O IRPJ é calculado considerando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 mil ao ano e a CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%.

Os ativos diferidos de IRPJ e CSLL são calculados, sobre as adições e exclusões temporárias, e sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (quando ocorrem), considerando as alíquotas aplicáveis no momento da sua realização. Os ativos diferidos constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL.

n) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

As captações de recursos prefixadas, são demonstradas ao valor futuro, deduzidas as rendas a apropriar, que são apropriadas no decorrer dos prazos contratuais das operações. As captações pós-fixadas, são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses no país e no exterior são registradas pelo valor do principal acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço.

p) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo os seguintes critérios:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;

- Passivos Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos Advogados internos e externos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Advogados internos e externos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

q) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro-rata-die”. As receitas e despesas são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior e de títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	204	221
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	4.337	8.461
Aplicações em Operações Compromissadas	979.596	437.159
Total	984.137	445.841

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	979.596	-	979.596	437.159	-	437.159
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	171.997	-	171.997	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	450.000	-	450.000	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	357.599	-	357.599	437.159	-	437.159
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	44.712	65.666	110.378	32.082	55.692	87.774
Total	1.024.308	65.666	1.089.974	469.241	55.692	524.933

(a) Não Circulante - vencimento em 05/07/2033.

a) Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Operações Compromissadas	41.043	32.889
Depósitos Interfinanceiros	6.433	13.199
Total	47.476	46.088

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Livres	290	14.713	15.003	271	20.105	20.376
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a) (c)	290	14.713	15.003	271	20.105	20.376
Vinculados à Prestação de Garantias	-	28.122	28.122	-	19.972	19.972
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b) (c)	-	28.122	28.122	-	19.972	19.972
Total	290	42.835	43.125	271	40.077	40.348

(a) Não Circulante - R\$ 5.797 vencimento em 01/09/2027 e R\$ 8.916 vencimento em 01/09/2028.

(b) Vencimento em 01/09/2028.

(c) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.769	512
Total	2.769	512

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição

30/06/2026						
Pessoa Física	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Operações Normais						
Crédito Pessoal	3.427	4	39.081	-	44	42.556
Financiamentos Imobiliários	775	-	43	-	-	818
Operações Renegociadas						
Crédito Pessoal	-	-	2.983	-	-	2.983
Financiamentos Imobiliários	2.000	-	265	-	-	2.265
Total	6.202	4	42.372	-	44	48.622
Pessoa Jurídica	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Operações Normais						
Adiantamentos a Depositantes	-	-	-	-	6	6
Conta Garantida	-	-	22.789	-	-	22.789
Capital de Giro	66.698	100.873	742.266	3.424	-	913.261
CDC	-	900.867	-	-	-	900.867
Financiamentos a Exportação	-	-	65.584	-	-	65.584
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	-	-	3.546	-	-	3.546
Operações Renegociadas						
Capital de Giro	142.546	79.591	225.449	3.521	-	451.107
CDC	-	381.260	1.111	-	-	382.371
Financiamentos a Exportação	-	5.940	18.861	-	-	24.801
Operações Reestruturadas						
Capital de Giro	-	1.042	8.742	6.871	-	16.655
Financiamentos a Exportação	-	8.867	6.893	-	-	15.760
Total	209.244	1.478.440	1.095.241	13.816	6	2.796.747
Total Op. de Crédito	215.446	1.478.444	1.137.613	13.816	50	2.845.369

31/12/2025						
Pessoa Física	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Operações Normais						
Crédito Pessoal	5.773	8	42.152	-	74	48.007
Financiamentos Imobiliários	856	49	-	-	-	905
Operações Renegociadas						
Crédito Pessoal	-	-	2.983	-	-	2.983
Financiamentos Imobiliários	2.037	-	280	-	-	2.317
Total	8.666	57	45.415	-	74	54.212
Pessoa Jurídica	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Operações Normais						
Adiantamentos a Depositantes	-	-	-	-	6.530	6.530
Conta Garantida	2.019	-	36.632	-	-	38.651
Capital de Giro	269.586	120.689	1.063.133	3.242	-	1.456.650
CDC	-	1.272.485	-	-	-	1.272.485
Financiamentos à Exportação	-	6.996	66.236	-	-	73.232
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	-	-	2.307	-	-	2.307
Operações Renegociadas						
Capital de Giro	-	121	7.433	4.227	-	11.781
CDC	-	24.273	-	-	-	24.273
Financiamentos à Exportação	-	-	7.212	-	-	7.212
Operações Reestruturadas						
Capital de Giro	-	1.154	3.057	6.871	-	11.082
Financiamentos à Exportação	-	9.347	7.328	-	-	16.675
Total	271.605	1.435.065	1.193.338	14.340	6.530	2.920.878
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

- b) As operações de crédito estão classificadas de acordo com as carteiras, ativos problemáticos e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vincendas e parcelas em atraso inferior a 90 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 90 dias), conforme a seguir:

30/06/2026			31/12/2025	
Classificação por Nível de Risco	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas
Ativos não Problemáticos	2.647.641	52.682	2.843.675	57.669
C1	208.973	3.132	257.297	3.917
C2	1.426.917	26.457	1.397.133	27.457
C3	1.011.707	23.092	1.182.645	26.169
C4	-	-	-	-
C5	44	1	6.600	126
Ativos Problemáticos não Inadimplidos	47.295	24.193	56.904	27.414
C1	309	31	-	-
C2	18.334	6.736	28.219	9.990
C3	18.260	8.892	17.842	8.689
C4	10.392	8.534	10.843	8.735
C5	-	-	-	-
Ativos Problemáticos Inadimplidos	150.433	94.491	74.511	49.130
C1	6.164	616	22.974	7.337
C2	33.193	17.270	9.770	6.088
C3	107.646	73.244	38.266	33.197
C4	3.424	3.356	3.497	2.505
C5	6	5	4	3
Total	2.845.369	171.366	2.975.090	134.213

c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento

30/06/2026						
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	30	7.267	14.712	-	-	22.009
A vencer até 3 meses	26.914	151.870	185.731	-	11	364.526
A vencer até 12 meses	77.531	333.714	348.268	-	33	759.546
A vencer até 3 anos	90.777	637.061	348.950	-	-	1.076.788
A vencer até 5 anos	8.531	262.770	110.112	-	-	381.413
A vencer até 15 anos	5.421	36.246	5.581	-	-	47.248
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	7	533	6.706	84	-	7.330
A vencer até 3 meses	14	1.362	1.280	280	-	2.936
A vencer até 12 meses	38	5.882	3.731	833	-	10.484
A vencer até 3 anos	88	10.029	5.620	2.315	-	18.052
A vencer até 5 anos	72	555	980	374	-	1.981
A vencer até 15 anos	90	-	-	3.396	-	3.486
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	3.110	-	3.110
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	1.536	6.989	55.353	485	6	64.369
A vencer até 3 meses	866	2.023	16.098	86	-	19.073
A vencer até 12 meses	2.589	6.281	24.860	257	-	33.987
A vencer até 3 anos	1.195	14.677	11.040	774	-	27.686
A vencer até 5 anos	-	3.268	326	880	-	4.474
A vencer até 15 anos	-	-	-	942	-	942
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Total	215.699	1.480.527	1.139.348	13.816	50	2.849.440
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(253)	(2.083)	(1.735)	-	-	(4.071)
TOTAL	215.446	1.478.444	1.137.613	13.816	50	2.845.369

31/12/2025						
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	274	4.786	4.760	-	-	9.820
A vencer até 3 meses	28.832	129.948	216.485	-	6.547	381.812
A vencer até 12 meses	78.531	337.646	423.442	-	37	839.656
A vencer até 3 anos	120.961	683.037	419.660	-	16	1.223.674
A vencer até 5 anos	22.932	197.785	113.449	-	-	334.166
A vencer até 15 anos	6.361	45.406	6.652	-	-	58.419
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	747	1.301	-	-	2.048
A vencer até 3 meses	-	1.251	2.071	85	-	3.407
A vencer até 12 meses	-	5.529	5.593	579	-	11.701
A vencer até 3 anos	-	16.197	5.854	2.375	-	24.426
A vencer até 5 anos	-	4.554	3.129	930	-	8.613
A vencer até 15 anos	-	-	-	3.647	-	3.647
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	3.227	-	3.227
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	6.872	3.018	26.913	314	4	37.121
A vencer até 3 meses	3.032	641	3.556	115	-	7.344
A vencer até 12 meses	6.071	1.589	5.400	229	-	13.289
A vencer até 3 anos	6.997	3.480	2.342	730	-	13.549
A vencer até 5 anos	2	1.052	57	888	-	1.999
A vencer até 15 anos	-	-	-	1.221	-	1.221
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Total	280.865	1.436.666	1.240.664	14.340	6.604	2.979.139
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(594)	(1.544)	(1.911)	-	-	(4.049)
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

d) Classificação por Setor de Atividade

	30/06/2026	31/12/2025
Transporte	1.839.076	2.170.555
Indústria	262.489	219.333
Comércio	134.077	150.726
Pessoas Físicas	48.622	54.212
Agricultura/Pecuária	16.965	14.696
Outros Serviços	544.140	365.568
Total	2.845.369	2.975.090

e) Concentração das Operações de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
10 Maiores Devedores	637.490	625.398
50 Seguintes Maiores Devedores	1.136.019	1.105.877
100 Seguintes Maiores Devedores	711.475	799.452
Demais Devedores	360.385	444.363
Total	2.845.369	2.975.090

f) Rendas de Operações de Crédito

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Adiantamentos a Depositantes	106	2
Empréstimos	154.669	144.247
Financiamentos	137.429	130.454
Financiamentos à Exportação	10.958	9.167
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	54	(275)
Financiamentos Imobiliários	269	302
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	609	7.846
Descontos Concedidos em Renegociações	(337)	(121)
Total	303.757	291.622

g) Operações Ativas Vinculadas

	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas Vinculadas		
Operações de Crédito	75.504	36.850
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	71.166	35.262

h) Compromissos e Coobrigações

O Banco possui coobrigações e riscos em garantias prestadas - Cartas de fiança classificada como custo amortizado no valor de R\$ 60 em 30/06/2026 (R\$ 60 em 31/12/2025). O Banco com base na Resolução nº 4.966/21 do CMN, constituiu provisão para as garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 1 em 30/06/2026 (R\$ 1 em 31/12/2025).

8. OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Composição

30/06/2026						
Pessoa Física	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	188	-	-	-	-	188
Total	188	-	-	-	-	188
Pessoa Jurídica	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Adiantamentos de Contrato de Câmbio	-	46.689	21.597	-	-	68.286
Nota Comercial	10.066	8.979	84.282	-	-	103.327
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	9.578	-	-	-	-	9.578
Títulos e Créditos a Receber	-	-	21.909	-	-	21.909
Operações Renegociadas						
TCR	-	-	-	-	49	49
Total	19.644	55.668	127.788	-	49	203.149
TOTAL	19.832	55.668	127.788	-	49	203.337
31/12/2025						
Pessoa Física	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	227	-	-	-	-	227
Total	227	-	-	-	-	227
Pessoa Jurídica	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Adiantamentos de Contrato de Câmbio	-	37.922	27.875	-	-	65.797
Nota Comercial	10.071	11.466	50.645	-	-	72.182
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	9.169	-	-	-	-	9.169
Títulos e Créditos a Receber	-	-	22.158	-	311	22.469
Total	19.240	49.388	100.678	-	311	169.617
TOTAL	19.467	49.388	100.678	-	311	169.844

- b) As operações com características de concessão de crédito estão classificadas de acordo com as carteiras, ativos problemáticos e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vencidas e parcelas em atraso inferior a 90 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 90 dias), conforme a seguir:

Classificação por Nível de Risco	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas
Ativos não Problemáticos	164.470	3.301	128.994	2.657
C1	19.832	316	19.467	311
C2	38.710	585	31.475	485
C3	105.879	2.398	78.052	1.861
C4	-	-	-	-
C5	49	2	-	-
Ativos Problemáticos não Inadimplidos	16.958	5.664	468	228
C1	-	-	-	-
C2	16.958	5.664	-	-
C3	-	-	468	228
C4	-	-	-	-
C5	-	-	-	-
Ativos Problemáticos Inadimplidos	21.909	21.074	40.382	25.478
C1	-	-	-	-
C2	-	-	17.913	6.592
C3	21.909	21.074	22.158	18.646
C4	-	-	-	-
C5	-	-	311	240
Total	203.337	30.039	169.844	28.363

c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento

	30/06/2026					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	-	-	531	-	-	531
A vencer até 3 meses	137	3.602	47.691	-	-	51.430
A vencer até 12 meses	5.402	31.130	42.853	-	-	79.385
A vencer até 3 anos	14.293	4.091	15.545	-	-	33.929
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	2	2
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	20	20
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	27	27
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 meses	-	16.958	-	-	-	16.958
A vencer até 12 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	-	21.909	-	-	21.909
A vencer até 3 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 12 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Total	19.832	55.781	128.529	-	49	204.191
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	-	(113)	(741)	-	-	(854)
TOTAL	19.832	55.668	127.788	-	49	203.337

31/12/2025						
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 meses	109	19.280	24.313	-	-	43.702
A vencer até 12 meses	2.382	7.190	32.047	-	-	41.619
A vencer até 3 anos	16.977	5.365	22.241	-	-	44.583
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 meses	-	-	468	-	-	468
A vencer até 12 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	17.913	22.158	-	311	40.382
A vencer até 3 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 12 meses	-	-	-	-	-	-
A vencer até 3 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 5 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer até 15 anos	-	-	-	-	-	-
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Total	19.468	49.748	101.227	-	311	170.754
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(1)	(360)	(549)	-	-	(910)
TOTAL	19.467	49.388	100.678	-	311	169.844

d) Classificação por Setor de Atividade

	30/06/2026	31/12/2025
Comércio	85.635	87.170
Indústria	54.353	31.448
Pessoas Físicas	188	227
Outros Serviços	63.161	50.999
Total	203.337	169.844

e) Concentração das Operações de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
10 Maiores Devedores	122.651	111.215
Demais Devedores	80.686	58.629
Total	203.337	169.844

f) Rendas de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Adiantamentos de Contrato de Câmbio	2.657	4.781
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	10.027	4.821
Rendas de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	737
Variação Cambial - Adiantamentos de Contrato de Câmbio	(2.594)	(15.984)
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos Não Financeiros	23	-
Total	10.113	(5.645)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Direitos junto a Participantes de Sistema de Liq. e de Arranjo de Pagamento	1.958	-	1.958	-	-	-
Banco Central - Conta de Pagamento Instantâneo	1.230	-	1.230	4.999	-	4.999
Banco Central - Reservas Compulsórias	1.542	-	1.542	1.765	-	1.765
Bancos Oficiais - Depósitos Vinculados a Convênios	465	-	465	2.008	-	2.008
Relações com Correspondentes	399	-	399	-	-	-
Rendas a Receber	196	-	196	205	-	205
Direitos Creditórios - Precatórios Adquiridos	1.643	-	1.643	1.643	-	1.643
Adiantamentos ao FGC	3.685	13.820	17.505	-	-	-
Devedores Diversos - País	8.205	-	8.205	8.056	-	8.056
Total	19.323	13.820	33.143	18.676	-	18.676

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Referência	Valor Curva	Valor Justo	Ajuste Valor Justo	Valor Referência	Valor Curva	Valor Justo	Ajuste Valor Justo
Ativo								
Contratos de Câmbio - Liquidação Pronta	4.723	4	4	-	19.337	72	72	-
Compra de Moeda Estrangeira - \$ USD	-	-	-	-	1.062	1	1	-
Compra de Moeda Estrangeira - \$ EUR	148	1	1	-	-	-	-	-
Venda de Moeda Estrangeira - \$ USD	4.254	1	1	-	18.247	70	70	-
Venda de Moeda Estrangeira - \$ EUR	197	1	1	-	28	1	1	-
Venda de Moeda Estrangeira - \$ CHF	124	1	1	-	-	-	-	-
Total	4.723	4	4	-	19.337	72	72	-
Passivo								
Contratos de Câmbio - Liquidação Pronta	590	-	-	-	978	-	-	-
Compra de Moeda Estrangeira - \$ USD	19	-	-	-	196	-	-	-
Compra de Moeda Estrangeira - \$ EUR	50	-	-	-	28	-	-	-
Venda de Moeda Estrangeira - \$ USD	397	-	-	-	754	-	-	-
Venda de Moeda Estrangeira - \$ CHF	124	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Swap	103.000	16.467	64.390	47.923	103.000	10.560	49.555	38.995
Contratos de Swap (Pré x CDI) (a)	103.000	16.467	64.390	47.923	103.000	10.560	49.555	38.995
Total	103.590	16.467	64.390	47.923	103.978	10.560	49.555	38.995

(a) Vencimento em 30/06/2033.

a) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Operações de Swap	(14.835)	14.832
Contratos de Câmbio	(67)	47
Total	(14.902)	14.879

b) Hedge de Valor Justo

O Banco estruturou operação de hedge designado como "hedge de valor justo" com o objetivo de mitigar o risco de mercado originado do descasamento de indexadores de suas operações ativas e passivas através de contratos de swap de taxas de juros (Pré x CDI) junto à instituições financeiras. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Referência	Valor Curva	Valor Justo	Ajuste Valor Justo	Valor Referência	Valor Curva	Valor Justo	Ajuste Valor Justo
Objeto de Hedge - Pré (a)	103.171	166.504	118.491	(48.013)	103.171	153.464	114.620	(38.844)
Instrumento do Hedge (b)								
Ponta Ativa - Pré	103.000	166.217	118.294	(47.923)	103.000	153.424	114.429	(38.995)
Ponta Passiva - CDI	103.000	182.683	182.683	-	103.000	163.984	163.984	-

(a) Letra Financeira Subordinada Prefixada (Vencimento em 30/06/2033) (Nota 17).

(b) Swap Pré x CDI (Vencimento em 30/06/2033).

11. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

Operações de Crédito		30/06/2026			
Carteira	Situação	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	2.957	175	3.132
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	31	-	31
C1	Ativos Problemáticos Inadimplidos	339	277	-	616
C2	Ativos não Problemáticos	-	24.976	1.481	26.457
C2	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	6.123	613	6.736
C2	Ativos Problemáticos Inadimplidos	16.160	1.110	-	17.270
C3	Ativos não Problemáticos	-	21.614	1.478	23.092
C3	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	8.892	-	8.892
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	70.153	3.091	-	73.244
C4	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	4.105	4.429	8.534
C4	Ativos Problemáticos Inadimplidos	3.202	154	-	3.356
C5	Ativos não Problemáticos	-	1	-	1
C5	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos Problemáticos Inadimplidos	5	-	-	5
Total		89.859	73.331	8.176	171.366

Operações de Crédito		31/12/2025			
Carteira	Situação	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	3.722	195	3.917
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos Inadimplidos	6.303	1.034	-	7.337
C2	Ativos não Problemáticos	-	22.984	4.473	27.457
C2	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	9.425	565	9.990
C2	Ativos Problemáticos Inadimplidos	5.641	332	115	6.088
C3	Ativos não Problemáticos	-	24.860	1.309	26.169
C3	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	8.689	-	8.689
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	31.959	972	266	33.197
C4	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	4.283	4.452	8.735
C4	Ativos Problemáticos Inadimplidos	2.326	158	21	2.505
C5	Ativos não Problemáticos	-	126	-	126
C5	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos Problemáticos Inadimplidos	3	-	-	3
Total		46.232	76.585	11.396	134.213

Operações com Características de Concessão de Crédito e Outros Créditos		30/06/2026			
Carteira	Situação	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	278	38	316
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos não Problemáticos	-	542	43	585
C2	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	5.664	-	5.664
C2	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C3	Ativos não Problemáticos	-	2.021	377	2.398
C3	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	20.848	226	-	21.074
C4	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos não Problemáticos	-	1	472	473
C5	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
Total		20.848	8.732	930	30.510

Operações com Características de Concessão de Crédito e Outros Créditos		31/12/2025			
Carteira	Situação	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	273	38	311
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos não Problemáticos	-	441	44	485
C2	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos Problemáticos Inadimplidos	5.983	609	-	6.592
C3	Ativos não Problemáticos	-	1.483	378	1.861
C3	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	228	-	228
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	17.911	735	-	18.646
C4	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos não Problemáticos	-	-	483	483
C5	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos Problemáticos Inadimplidos	230	10	-	240
Total		24.124	3.779	943	28.846

b) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES

Operações de Crédito						
	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos à Exportação	Financiamentos em Moedas Estrangeiras	Financiamentos Imobiliários	Total
Saldo em 31/12/2025	89.400	36.071	8.353	213	176	134.213
Constituição/(Reversão) de Provisões	33.354	6.929	(3.239)	87	22	37.153
Créditos Baixados como Prejuízo	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2026	122.754	43.000	5.114	300	198	171.366

Operações com Características de Concessão de Crédito e Outros Créditos						
	ACC	Nota Comercial	Venda a Prazo de Ativos não Financ.	TCR	Outros Créditos	Total
Saldo em 31/12/2025	7.732	1.612	132	18.887	483	28.846
Constituição/(Reversão) de Provisões	(1.040)	521	5	2.190	(12)	1.664
Créditos Baixados como Prejuízo	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2026	6.692	2.133	137	21.077	471	30.510

O montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa para os riscos associados à carteira considerando as respectivas garantias oferecidas.

c) Resultado com Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Operações de Crédito	37.153	10.665
Outras Operações Associadas ao Risco de Crédito	1.676	12.070
Outros Ativos Financeiros	(12)	(12)
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	(150)	(16)
Total	38.667	22.707

12. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos Fiscais Diferidos	-	61.548	61.548	-	67.598	67.598
Impostos e Contribuições a Compensar	8.141	249	8.390	20.459	218	20.677
Total	8.141	61.797	69.938	20.459	67.816	88.275

a) Origem e Movimentação dos Créditos Tributários

	IRPJ	CSLL	
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Total
Saldo em 31/12/2025	37.554	30.044	67.598
Constituição	11.095	8.876	19.971
Realização	(14.456)	(11.565)	(26.021)
Saldo em 30/06/2026	34.193	27.355	61.548

b) Composição do Crédito Tributário

	30/06/2026	31/12/2025
Diferenças Temporárias		
Operações de Crédito	36.291	39.204
Perda Incorrida - Adoção Inicial - Lei nº 14.467/22	7.405	8.316
Créditos Baixados como Prejuízo - Indedutíveis Temporariamente	6.772	7.294
Operações com Características de Concessão de Crédito	4.136	1.908
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	4.882	4.893
PLR/Remuneração Variável	1.305	5.044
Passivos Contingentes	507	549
Outras	250	390
Total	61.548	67.598

c) Previsão de Realização dos Créditos Tributários

	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Valor Contábil							
IRPJ	5.007	6.327	8.440	5.187	2.930	6.302	34.193
CSLL	4.006	5.062	6.753	4.150	2.344	5.040	27.355
Total	9.013	11.389	15.193	9.337	5.274	11.342	61.548
Valor Presente							
IRPJ	4.690	5.200	6.073	3.265	1.615	2.571	23.414
CSLL	3.752	4.160	4.859	2.612	1.292	2.057	18.732
Total	8.442	9.360	10.932	5.877	2.907	4.628	42.146

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	925	-	925	185	-	185
Adiantamentos para Pagamentos por Conta da Instituição	4	-	4	4	-	4
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	-	55.890	55.890	-	36.964	36.964
(-) Provisão para Desvaloriz.de Ativos não Financ.Mantidos para Venda - Recebidos	-	(10.850)	(10.850)	-	(10.875)	(10.875)
Despesas Pagas Antecipadamente	3.875	13	3.888	3.482	86	3.568
Total	4.804	45.053	49.857	3.671	26.175	29.846

14. IMOBILIZADO DE USO

Contas	Taxa Anual de Depreciação	Custo	30/06/2026		31/12/2025		
			Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imobilizações em Curso - Imóveis (a)	-	52.261	-	52.261	49.814	-	49.814
Terrenos	-	405	-	405	405	-	405
Edificações	4%	15.946	(5.211)	10.735	15.946	(4.892)	11.054
Instalações	10%	3.887	(3.106)	781	3.887	(2.911)	976
Mobiliário/Outros Equipamentos	10%	1.920	(1.431)	489	1.920	(1.357)	563
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.519	(1.044)	475	1.511	(961)	550
Veículos	20%	1.492	(605)	887	1.492	(456)	1.036
Total		77.430	(11.397)	66.033	74.975	(10.577)	64.398

(a) Aquisição de 04 lajes corporativas localizadas nos pavimentos 7º, 8º, 9º e 10º da Torre 5 - Berrini New One com aproximadamente 510 m2 por unidade.

15. INTANGÍVEL

Contas	Taxa Anual de Amortização	Custo	30/06/2026		31/12/2025		
			Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Sistemas de Processamento de Dados	Até 20%	12.069	(5.387)	6.682	11.439	(4.327)	7.112
Total		12.069	(5.387)	6.682	11.439	(4.327)	7.112

16. DEPÓSITOS

	30/06/2026			31/12/2025			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Depósitos à Vista	63.387	-	63.387	105.769	-	105.769	
Pessoas Naturais	2.517	-	2.517	34.289	-	34.289	
Pessoas Jurídicas	33.168	-	33.168	38.872	-	38.872	
Domiciliados no Exterior	19	-	19	230	-	230	
Vinculados	27.647	-	27.647	31.283	-	31.283	
Contas Encerradas	36	-	36	1.095	-	1.095	
Depósitos a Prazo	879.305	2.560.099	3.439.404	816.739	2.128.615	2.945.354	
Depósitos a Prazo	878.068	2.560.099	3.438.167	806.193	2.128.615	2.934.808	
Depósitos a Prazo - com Garantia Especial do FGC - Com Alienação de Recebíveis	1.237	-	1.237	10.546	-	10.546	
Total	942.692	2.560.099	3.502.791	922.508	2.128.615	3.051.123	

a) Segregação por Prazo

	30/06/2026					31/12/2025	
	01 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 730 dias	Acima de 730 dias	Total	Total
Depósitos a Prazo	19.401	577.420	281.245	813.826	1.746.275	3.438.167	2.934.808
Depósitos a Prazo - Com Garantia Especial do FGC - Com Alienação de Recebíveis	-	1.237	-	-	-	1.237	10.546
Total	19.401	578.657	281.245	813.826	1.746.275	3.439.404	2.945.354

b) Concentração dos Depósitos a Prazo

	30/06/2026	31/12/2025
Total de Depositantes - Quantidade	173	178
Maior Depositante (a)	699.072	742.975
10 Seguintes Maiores Depositantes	2.373.222	1.944.615
20 Seguintes Maiores Depositantes	268.544	168.048
Demais Depositantes	111.512	103.216
Total	3.452.350	2.958.854

(a) O maior depositante corresponde a uma Corretora, que distribui os CDBs do Banco para clientes Pessoas Físicas, com aplicações individuais de montante inferior a R\$ 250.

c) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depósitos a Prazo	229.150	217.589
Operações Compromissadas	35	25
Letras de Crédito Imobiliário	2	107
Contribuição ao FGC	1.884	1.966
Letras Financeiras	9.638	35.422
Total	240.709	255.109

17. OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos por Emissões de Letras (a)	21	-	21	144	-	144
Obrigações por Emissão de LCI	21	-	21	144	-	144
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação (b)	20.252	169.345	189.597	-	182.864	182.864
Títulos de Dívida Elegíveis a Capital - Nível II	20.252	217.358	237.610	-	221.709	221.709
Ajuste de Hedge Valor Justo - Nível II (Nota 10 b)	-	(48.013)	(48.013)	-	(38.845)	(38.845)
Total	20.273	169.345	189.618	144	182.864	183.008

a) Obrigações pela Emissão de LCI

	30/06/2026				31/12/2025	
	01 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Obrigações pela Emissão de LCI	-	-	21	-	21	144
Total	-	-	21	-	21	144

b) Títulos de Dívida Elegíveis a Capital - Nível II

Vencimento	Taxa	30/06/2026			31/12/2025	
		Valor de Emissão	Valor de Curva	Valor Justo	Valor de Curva	Valor Justo
09/2028	16,00%	18.360	19.172	19.172	19.172	19.172
05/2027	16,00%	20.000	20.302	20.302	20.301	20.301
06/2033	17,99%	100.300	166.157	118.144	153.093	114.248
10/2033	CDI + 4,15%	9.300	10.069	10.069	9.179	9.179
11/2033	CDI + 4,15%	12.600	13.421	13.421	12.230	12.230
12/2033	CDI + 4,15%	8.100	8.489	8.489	7.734	7.734
Total		168.660	237.610	189.597	221.709	182.864

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos no Exterior	66.599	-	66.599	49.858	-	49.858
Exportação até 360 dias	65.546	-	65.546	49.858	-	49.858
Importação até 360 dias	1.053	-	1.053	-	-	-
Repasse do País - Instituições Oficiais	12.346	14.109	26.455	12.378	17.490	29.868
Obrigações por Repasses - Tesouro Nacional	2.665	-	2.665	2.640	-	2.640
Obrigações por Repasses - CEF	9.042	14.109	23.151	9.099	17.490	26.589
Obrigações por Repasses - Outras Instituições	639	-	639	639	-	639
Total	78.945	14.109	93.054	62.236	17.490	79.726

a) Resultado com Operações de Empréstimos e Repasses

	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Repasse CEF	1.072	344		
Obrigações com Banqueiros no Exterior	(162)	(7.321)		
Total	910	(6.977)		

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações junto a Participantes de Sistema de Liq. e de Arranjo de Pagamento	59	-	59	-	-	-
Sociais e Estatutárias	352	-	352	22.840	-	22.840
Obrigações Diversas	437	-	437	148	-	148
Valores a Devolver a Clientes	-	-	-	34	-	34
Valores a Pagar em Moeda Estrangeira	2.821	-	2.821	6.561	-	6.561
Credores Diversos - País	6.048	-	6.048	5.902	-	5.902
Total	9.717	-	9.717	35.485	-	35.485

20. PROVISÕES

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Perdas Esperadas com Compromisso de Crédito	83	-	83	233	-	233
Provisão para Perdas Esperadas com Garantias Prestadas	-	1	1	1	-	1
Provisões para Contingências	1.126	-	1.126	1.219	-	1.219
Fiscais	986	-	986	959	-	959
Cíveis	54	-	54	242	-	242
Trabalhistas	86	-	86	18	-	18
Total	1.209	1	1.210	1.453	-	1.453

Movimentação das Provisões para Contingências

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2024	-	1.355	-	1.355
Constituições	959	393	18	1.370
Reversões	-	(218)	-	(218)
Pagamentos	-	(1.288)	-	(1.288)
Saldo em 31/12/2025	959	242	18	1.219
Constituições	31	207	68	306
Reversões	(4)	(172)	-	(176)
Pagamentos	-	(223)	-	(223)
Saldo em 30/06/2026	986	54	86	1.126

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos Advogados internos e externos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade da causa e o posicionamento jurisprudencial, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Os processos classificados como risco possível apresentavam os seguintes montantes:

	30/06/2026	31/12/2025
Fiscais	58.084	55.777
Cíveis	12.659	11.686
Trabalhistas	92	-
Total	70.835	67.463

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos Advogados externos e internos, em relação aos processos judiciais e administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis, no montante de R\$ 70.835 em 30/06/2026 (R\$ 67.463 em 31/12/2025), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões:

- a) Fiscais - Refere-se a glosa de despesas consideradas como não necessárias pela autoridade fiscal e os efeitos decorrentes nos anos seguintes, no valor de R\$ 58.084 em 30/06/2026 (R\$ 55.777 em 31/12/2025) ainda na esfera administrativa, pendente de julgamento.
- b) Cíveis - Ações em que o Banco figure como parte requerida nas ações revisionais, de repetição do indébito por cobrança indevida, cautelares, indenizatórias, etc., no valor de R\$ 12.659 em 30/06/2026 (R\$ 11.686 em 31/12/2025).

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

a) Composição

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ - Corrente	1.586	-	1.586	6.568	-	6.568
CSLL - Corrente	1.331	-	1.331	5.749	-	5.749
Impostos e Contribuições a Recolher	3.509	-	3.509	11.741	-	11.741
Provisão p/Impostos e Contribuições Diferidos	-	41	41	-	-	-
Total	6.426	41	6.467	24.058	-	24.058

b) Demonstração da Base de Cálculo do IRPJ e CSLL

	IRPJ/CSLL 01/01 a 30/06/2026	IRPJ/CSLL 01/01 a 30/06/2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	19.946	45.364
Adições Permanentes	245	353
Adições/(Exclusões) Temporárias	(10.349)	(4.827)
Exclusões Permanentes	(3.185)	(6.114)
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL	6.657	34.776
IRPJ/CSLL - Corrente	(2.917)	(15.429)
IRPJ/CSLL - Diferido sobre Adições Temporárias	(6.091)	(4.923)
Total	(9.008)	(20.352)

c) Impostos e Contribuições a Recolher

	30/06/2026	31/12/2025
IOF a Recolher	653	1.597
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	124	115
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.210	1.628
Impostos e Contribuições - Outros	159	7.201
ISS	70	56
PIS	181	160
COFINS	1.112	984
Total	3.509	11.741

22. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Despesas de Pessoal	8.836	1.625	10.461	16.553	1.775	18.328
Total	8.836	1.625	10.461	16.553	1.775	18.328

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 201.477 representado por 15.364.847 ações ordinárias nominativas de classe única todas sem valor nominal.

Em AGO/E de 30/04/2025, foi deliberado aumento de capital de R\$ 15.725 com a emissão de 741.260 ações ordinárias nominativas, aprovado pelo BACEN em 14/07/2025, mediante capitalização de juros sobre capital próprio de R\$ 15.483 e em espécie de R\$ 242.

b) **Reservas**

A reserva legal é constituída anualmente, mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social realizado. O saldo em 30/06/2026 é de R\$ 15.800 (R\$ 15.800 em 31/12/2025).

A reserva especial de lucros é constituída com os lucros apurados em exercícios anteriores e o resultado do período após a destinação da reserva legal. O saldo em 30/06/2026 é de R\$ 104.204 (R\$ 104.204 em 31/12/2025).

c) **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O estatuto social estabelece pagamento de dividendos aos acionistas sendo que, obrigatoriamente, deverá ser não inferior a 25% do lucro líquido, após deduções mencionadas no estatuto social. Não foram distribuídos dividendos em 30/06/2026 e 30/06/2025.

A apuração dos juros sobre capital próprio é efetuada dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do período.

Em 30/06/2026 e 30/06/25, não foi apurado valor para juros sobre capital próprio.

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Tarifas - PN e PJ	299	353
Cobrança	345	353
Corretagens de Câmbio	66	104
Outros Serviços	2	1.651
Total	712	2.461

25. DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Honorários	2.589	4.137
Benefícios	5.336	4.455
Encargos Sociais	5.723	5.913
Proventos	10.662	15.470
Treinamento	103	186
Remuneração de Estagiários	54	47
Total	24.467	30.208

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Água, Energia e Gás	70	65
Aluguéis	114	119
Comunicações	245	224
Contribuições Filantrópicas	-	140
Manutenção e Conservação de Bens	2.770	1.643
Material	138	107
Processamento de Dados	7.023	6.208
Promoções e Relações Públicas	993	569
Propaganda e Publicidade	38	42
Publicações	29	42
Seguros	238	239
Serviços do Sistema Financeiro	990	362
Serviços de Terceiros	1.181	1.575
Serviços de Vigilância e Segurança	158	158
Serviços Técnicos Especializados	4.197	2.212
Transporte	180	188
Viagem no País	392	361
Amortização	1.060	933
Depreciação	819	819
Outras Despesas Administrativas	1.418	1.058
Total	22.053	17.064

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	403	398
ISS	191	306
Cofins	4.444	4.229
PIS	722	687
Total	5.760	5.620

28. DESPESAS COM PROVISÕES

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Trabalhistas	68	-
Fiscais	28	33
Cíveis	37	176
Total	133	209

29. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado na Compra/Venda de Moeda Estrangeira	278	-
Recuperação de Encargos e Despesas	100	220
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	63	2.129
Outras Rendas Operacionais	837	411
Variação Cambial - Disponibilidades	1.748	2.841
Variação Cambial - Outros Passivos Financeiros	(69)	5.473
Comissões de Intermediações - Operações de Câmbio	(258)	(500)
Outras Despesas Operacionais	(97)	(1.151)
Total	2.602	9.423

30. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros	574	58
Outras Rendas não Operacionais (Nota 32)	666	14.089
Prejuízos na Alienação de Ativos não Financeiros	(1.122)	(975)
Desvalorização de Ativos não Financeiros	-	(2.748)
Outras Despesas não Operacionais	-	(460)
Total	118	9.964

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Principais Saldos e Transações

	Ativos		Passivos		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Operações de Crédito	24.317	25.004	-	-	2.399	2.132
Viação Campo Belo Ltda.	14.601	15.504	-	-	1.593	908
K2CR Holding Financeira S.A.	5.329	7.464	-	-	622	988
Ambiental Transportes Urbanos S. A.	4.114	1.371	-	-	126	187
Sines Investimentos Ltda.	273	286	-	-	28	-
Uniq Hub Ltda.	-	219	-	-	22	-
SF 174 Part Societárias S.A.	-	160	-	-	8	49
Depósitos a Prazo	-	-	969.242	704.613	(57.292)	(37.843)
Ruasinvest S.A.	-	-	306.642	104.821	(14.069)	(6.333)
Caio - Induscar	-	-	302.101	270.077	(16.086)	(16.770)
Tondela Investimentos S.A.	-	-	90.490	78.416	(6.726)	(3.000)
Serpa Participações S.A.	-	-	82.002	53.069	(5.524)	(1.264)
Amarantes Participações S.A.	-	-	36.573	34.583	(2.954)	(1.185)
Xisto Negócios e Empreendimentos Ltda.	-	-	33.077	63.031	(4.188)	(92)
Carbuss Ind Ct de Carrocerias Ltda.	-	-	30.086	54.315	(3.088)	(64)
DCPD Plásticos Ltda.	-	-	12.829	4.929	(732)	(80)
Raiz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	11.199	3.659	(640)	(6.648)
Controladores	-	-	34.040	282	(596)	(175)
Acionistas das Empresas Controladoras	-	-	1	1	-	(6)
Outras Coligadas	-	-	30.202	37.430	(2.688)	(2.226)
Depósitos à Vista	-	-	7.088	10.698	-	-
Acionistas das Empresas Controladoras	-	-	27	12	-	-
Outras Coligadas	-	-	7.061	10.686	-	-
Dívidas Subordinadas	-	-	39.473	39.473	2.927	2.965
Ruasinvest S.A.	-	-	26.692	26.692	1992	2024
Sirabrazil Participações Imobiliárias Ltda.	-	-	9.586	9.586	701	706
São Veríssimo Participações Ltda.	-	-	3.195	3.195	234	235
Total	24.317	25.004	1.015.803	754.784	(51.966)	(32.746)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

	01/01 a	
	30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Honorários	2.589	4.137
Benefícios	38	36
Encargos Sociais	1.388	1.315
Total	4.015	5.488

Os valores acima indicados englobam a Diretoria do Banco.

32. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Nos termos do artigo 34º da Resolução BCB nº 2/20, são considerados resultados não recorrentes aqueles originados de operações ou transações realizadas pelo Banco que não correspondam às atividades típicas da instituição.

O Banco recebeu valores decorrentes de duas sentenças proferidas nos Procedimentos Arbitrais nº 48/2018/SEC3 (3ª Arbitragem) e nº 78/2020/SEC3 (4ª Arbitragem), ambos conduzidos perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). Em conjunto, os referidos procedimentos arbitrais resultaram na condenação da contraparte, Lusopar, ao pagamento do montante total de R\$ 14.755, dos quais R\$ 14.089 foram recebidos em 2025 e R\$ 666 em 2026.

Considerando a natureza extraordinária e ausência de relação com as atividades típicas desenvolvidas pelo Banco, o respectivo resultado foi classificado como não recorrente para fins de divulgação das demonstrações financeiras.

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

GiR - Gerenciamento de Riscos e de Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está em conformidade com os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557/17 do CMN, com os acordos de Basileia e com as melhores práticas de mercado.

A gestão integrada de risco e de capital abrangem a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental climático e gestão do capital, considerando os aspectos relacionados a sua solvência, rentabilidade, sustentabilidade e continuidade de negócios. A gestão integrada de riscos estabelece a governança e as responsabilidades, processos e políticas específicos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos em diferentes horizontes de tempo e cenários, assim como o apetite ao risco (RAS – Risk Appetite Statement).

A descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos e de capital pode ser encontrada no site: www.bancoluso.com.br.

Análise das Incertezas nas Estimativas de Ativos e Passivos

Em cumprimento ao artigo 35º da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do Programa de Teste de Estresse conforme definido em suas políticas de risco, adotando os seguintes cenários descritos abaixo:

Cenário I:

Choque de 10% na curva de juros
Choque de 10% na taxa de câmbio
Aumento de 5% na perda esperada
Degradação de 0,2% da exposição para ativo problemático

Cenário II:

Choque de 20% na curva de juros
Choque de 25% na taxa de câmbio
Aumento de 10% na perda esperada
Degradação de 1,0% da exposição para ativo problemático

Cenário III:

Choque paralelo de 100 bp
Choque de 40% na taxa de câmbio
Aumento de 20% na perda esperada
Degradação de 2,5% da carteira para ativo problemático

	Exposição Atual	Efeitos no Resultado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco de Crédito	3.049.177	(12.996)	(22.396)	(45.994)
Risco de Mercado - Juros	1.486.038	(3.899)	(8.344)	(2.802)
Risco de Mercado - Câmbio	(738)	(3)	(7)	(7)
Risco de Mercado - Taxa de Cambio	5.055	506	1.264	2.022

34. CAPITAL ALOCADO E BASILEIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.958/21 do CMN, o Índice de Capital Próprio (ICP) e o Índice de Basileia (IB) atingiram respectivamente 11,34% e 18,22% (10,57% e 16,75% em 31/12/2025). O quadro abaixo demonstra a composição do Patrimônio de Referência (PR) e dos Ativos Ponderados pelo Risco (RwA):

	30/06/2026	31/12/2025
Risco de Crédito (RwA Cpad)	2.822.896	2.943.771
Risco de Mercado - Juros (RwA Pjur)	530	764
Risco de Mercado - Câmbio (RwA Pcam)	4.513	56.880
Risco Derivativos - Câmbio (RwA CVA)	-	20
Risco Operacional (RwA Opad)	165.332	167.369
RwA	2.993.271	3.168.804

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	239.462	254.117
Adicional de Capital Principal (ACP)	74.831	79.411
Risco de Mercado (IRRBB)	32.002	8.618
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	346.295	342.146

Capital Principal	339.550	335.089
Patrimônio de Referência Nível I	339.550	335.089
Patrimônio de Referência Nível II	205.805	195.811
Patrimônio de Referência (PR)	545.355	530.900
Margem de Capital	199.060	188.754

Índice de Capital Principal (ICP)	11,34%	10,57%
Índice de Basileia (IB)	18,22%	16,75%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	16,07%	16,39%

O Índice de Imobilizações atingiu 12,11%, dentro do limite fixado pelo BACEN de 50% do Patrimônio de Referência. A margem de imobilização é de R\$ 206.645 (R\$ 201.053 em 31/12/2025).

35. RECONCILIAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS ATÉ 31/12/2024 E AS NOVAS NORMAS DETERMINADAS NA RESOLUÇÃO Nº 4.966/21 DO CMN E NA RESOLUÇÃO BCB Nº 352/23

A Resolução nº 4.966/21 do CMN, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo da referida norma é reduzir as assimetrias entre as normas contábeis do COSIF e os padrões contábeis internacionais.

Adicional a Resolução nº 4.966/21 do CMN, o BACEN emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e, evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções supracitadas, também ocorreu a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O BACEN reestruturou o elenco de contas do COSIF com vigência a partir de 01/01/2025 (Instruções Normativas BCB nº 426/23 a 433/23).

O Banco elaborou um plano de implementação, aprovado pela Administração, contendo mapeamento dos impactos, implementação das mudanças com as adequações nos processos e sistemas e a revisão dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. A frente de trabalho do projeto foi estruturada sobre as principais temáticas trazidas pelas normas: (i) Classificação e Reconhecimento; (ii) Taxa Efetiva de Juros; (iii) Renegociação e Reestruturação de Dívidas; (iv) Mensuração da Perda Esperada e (v) Evidenciação.

Os resultados da aplicação das normas acima referidas estão apresentados no quadro abaixo:

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	310.222
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a)	(50.230)
Stop Accrual (b)	-
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros (c)	-
Efeitos tributários	22.603
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	282.595

(a) Na adoção da Resolução nº 4.966/21 do CMN e da Resolução BCB nº 352/23 houve alteração na apuração das perdas incorridas, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perdas esperadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

(b) Até 31/12/2024 o reconhecimento, de apropriação da receita de juros relacionada a operações de crédito, deve cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 60 dias e, a partir de 01/01/2025 esse reconhecimento deve cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 90 dias (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático). O Banco optou por marcar as operações com atrasos entre 60 e 90 dias como ativo problemático, sendo assim, não houve impactos de transição devido ao não reconhecimento das rendas advindas destes contratos.

(c) Nas classificações dos instrumentos financeiros para as novas categorias introduzidas pela Resolução nº 4.966/21 do CMN (custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR)) o Banco não teve alteração no critério de mensuração desses ativos financeiros (curva x mercado), sendo assim não houve impacto sobre a posição patrimonial do Banco.

Os ajustes identificados decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis foram registrados em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários sensibilizando o Patrimônio Líquido do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Lourenço da Cunha - Conselheiro
Paulo José Dinis Ruas - Conselheiro
Ana Lucia Dinis Ruas Vaz - Conselheira Suplente
Eduardo Lourenço da Cunha - Conselheiro Suplente

DIRETORIA

José Francisco Fernandes Ribeiro - Diretor Presidente
Ernani Leite Vitorello - Diretor Vice-Presidente
João Miguel Loureiro Martins - Diretor Vice-Presidente